

Conselho Geral da UGT - Açores

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Geral;
Exmo. Senhor Presidente da UGT - Açores
Exmos. Senhores (as) Delegados
Caros colegas e companheiros

Volvidos 36 anos sobre o 25 de Abril de 1974, 24 sobre a adesão de Portugal à União Europeia, 11 anos sobre a entrada na moeda única, eis que nos encontramos na maior crise económica, financeira e social, em período de Democracia, diria mesmo inimaginável para a maioria dos portugueses há poucos anos.

Portugal tem uma dívida externa astronómica, à volta de 400. 000 Milhões de €, mais de 220% do PIB.

A Dívida Pública atinge hoje na melhor das hipóteses 90% do PIB, cerca de 150. 000 milhões de €, tendo duplicado em 3 anos.

As necessidades de financiamento do Estado para 2011 são de 45,6 mil milhões €, que gera um fluxo financeiro semanal de cerca de 877 milhões €, e diário de 16 milhões, cuja tem sido a taxas de juro cada vez mais elevadas, hoje já são superiores a 8% nos prazos de 5 e 10 anos.

Portugal ocupa a 5ª posição no ranking mundial de países mais endividados em relação ao PIB.

Caros colegas, é caso para se perguntar, como foi possível chegarmos a esta situação!?

Estamos nesta situação devido à crise financeira ocorrida em 2008 sem dúvida, mas também mercê de políticas económicas erradas e irracionais levadas a cabo por sucessivos governos ao longo dos anos, sobretudo a partir da adesão ao €, em que o Governo passou a ter como único instrumento de política económica a gestão orçamental, uma vez que a política monetária passou a ser exclusivamente da responsabilidade do Banco Central Europeu.

A condição de pequeno país, ancorado numa moeda forte e estável, beneficiando assim de taxas de juros baixas, são os ingredientes que faltavam para os excessos que se verificaram em termos de política económica.

Foi a partir dessa altura que usando o dito instrumento da política orçamental, que o Governo/Estado se lançou no aumento brutal do investimento e dos gastos públicos, através de um exercício condenável de desorçamentação e criação contabilística.

Insera-se neste, o caso das célebres SCUT, das parcerias público privadas para a construção dos hospitais, das barragens, das pontes, institutos, fundações, das empresas municipais, etc.

Mais grave se tornou esta situação, porquanto grande parte desses investimentos, não eram economicamente viáveis, nem tão úteis e necessários como diziam, veja-se o exemplo de algumas auto-estradas que em que se circulava gratuitamente e viram reduzir drasticamente o seu tráfego, a partir do momento que se introduziu portagens.

Todos estes factos associados à condição de pequena economia, frágil, e aberta ao exterior por isso extremamente vulnerável a ameaças externas, levaram a que, a economia real entrasse em crise profunda, com prejuízos evidentes e incontornáveis para os trabalhadores e portugueses em geral.

As empresas encerraram, umas por obsolescência, outras por falta de mercado e outras ainda porque procuraram destinos mais vantajosos para os seus negócios.

Ao mesmo tempo a entrada desenfreada do comércio chinês, veio agravar mais esta situação na medida em que estes eram mais competitivos por via do efeito cambial.

Tudo isto, contribui para uma redução contínua e duradoura da actividade económica, com consequências graves no consumo, no investimento.

Recordo, que a taxa média de crescimento económico em Portugal nos últimos 10 anos foi de 0,9% divergindo da média comunitária em mais de 7%, conduzindo-nos a uma progressiva fragilização do nosso tecido económico e social.

A taxa de desemprego em Portugal é actualmente superior a 11%, atingindo mais de 600 000 indivíduos.

O desemprego nos jovens atinge valores assustadores e a perspectiva destes virem a ter um emprego estável é praticamente nula, actualmente a única saída são os programas de estágio ou então a recibo verde.

A emigração em Portugal está praticamente ao nível dos anos 60.

O risco de pobreza aumentou para níveis nunca dantes visto, as instituições de apoio social já não têm capacidade e meios para acorrer ao aumento exponencial destes casos.

Nos Açores

Como óbvio, a situação não é muito diferente, uma vez que as políticas foram idênticas ou parecidas.

Apostou-se nos investimentos públicos megalómanos, alguns deles também inúteis e desnecessários, através do maior exercício de desorçamentação que há memória na história da Autonomia, através da contratação externa de serviços e outsourcing, parcerias público privadas, empresas municipais, sociedades anónimas de capitais públicos etc.

A dívida consolidada da Região dizem alguns, ultrapassa mesmo os 2 500 milhões de €, embora o Sr. Vice-presidente do Governo afirme que é da ordem dos 1 350 milhões de €, tendo já sido posto em questão este valor, porque a contabilidade patrimonial que se usa em algumas empresas públicas, como por ex. os hospitais EPE, não nos dá a real situação, porquanto os activos, como o edifício e os equipamentos não são vendáveis.

As consequências da crise e destas políticas cá, também não são diferentes das de Portugal.

Por cá, o consumo e o investimento também sofreram uma redução drástica nos últimos 2 anos.

Ao mesmo tempo o comércio chinês também invadiu as nossas ilhas, desfrutando da vantagem competitiva por efeito do câmbio da moeda, contribuindo assim para a quase total destruição do nosso comércio tradicional.

A consequência directa desta situação, traduziu-se, como não poderia deixar de ser, no aumento do desemprego, que não obstante os programas activos de emprego, atinge actualmente a taxa de 7 % da população activa e o número superior a 8300 indivíduos.

Em súpula foi a conjugação de todos os factores acima enunciados, associados à irresponsabilidade e incompetência, de alguns dirigentes, que contribuíram para o mau momento que os trabalhadores, os funcionários públicos, os portugueses em geral estão a passar, e vamos continuar a passar por mais alguns anos.

Já reduziram a comparticipação nas prestações sociais, como os abonos de família, pensões e reformas, no apoio à saúde, à educação, etc.

Já reduziram os vencimentos, e congelaram as progressões aos funcionários públicos.

Já aumentaram impostos.

Já introduziram portagens e taxas em serviços que tinham jurado que jamais seriam pagos.

E chegamos à conclusão, que todo este dinheiro que nos foi retirado, ainda não é o suficiente para as necessidades que o país tem perante os seus credores. Vejam a gravidade da situação quase criminosa em que nos meteram, e os seus protagonistas ainda se querem intitular como salvadores da Pátria.

Imaginem que a dívida do país era apenas metade do que é actualmente, ou dois terços, ou mesmo quatro quintos?

Por certo que não necessitaríamos de fazer tantos sacrifícios, e o governo teria mais margem para poder intervir na economia face à crise internacional.

Exmº Senhor Presidente da UGT Açores,

Perante tão negro cenário, estou certo, que a UGT Açores está e estará sempre disponível para ser parte da solução e não do problema, com diálogo e concertação, mas não a qualquer preço. Na vida há limites para tudo.

Ponta Delgada, 26 de Março de 2011

Dr. Manuel Pereira Pavão